



Carta de

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA
Siegfried Emanuel Heuser

Conjuntura FEE

ANO 23 Nº 5
Maio de 2014

A política econômica do Governo Dilma e a inflação

A *performance* relativamente medíocre da economia brasileira nos últimos anos, associada a uma inflação recorrentemente no limite da meta, vem instrumentalizando os opositores do Governo Dilma com argumentos críticos fáceis, mas enganosos. O que usualmente **não** se diz é que Dilma passou a coordenar o País quando todas as mazelas do Plano Real já se haviam manifestado, e vem conseguindo enfrentá-las com surpreendente sucesso, sem impor quaisquer descontinuidades políticas ou contratuais.

A base do Plano Real é a âncora cambial: quando a inflação se eleva, o Banco Central sobe as taxas de juros, atraindo divisas do exterior e impondo a valorização real do real. Isso aprofunda a exposição competitiva dos produtores internos de bens passíveis de importação, gerando desemprego (âncora salarial) e deprimindo a propensão a investir da economia (âncora de demanda).

Ao preservar as linhas mestras da política de FHC, Lula beneficiou-se da desvalorização cambial de 2002 (associada à expectativa de sua eleição). Ao longo de seus oito anos de governo, o real sofreu uma valorização nominal de 103,07% e real de 197,6%. Isso deprimiu a inflação, dando eficácia às políticas distributivas assentadas na elevação do salário e nas transferências públicas.

Quando Dilma assumiu, a taxa de câmbio real do real com o dólar correspondia a 30,49% da taxa vigente no último mês do Governo FHC. E como o salário médio havia se elevado 11% acima da inflação durante o Governo Lula, a relação câmbio/salário levou a exposição competitiva da indústria brasileira ao paroxismo. Nesse quadro, a depressão dos investimentos privados e a estagnação pareciam inexoráveis. A única maneira de impedi-las seria a desvalorização do real. Mas as consequências previsíveis eram inflação em alta e reconcentração da renda.

Dilma conseguiu driblar esses desafios apelando para uma gestão fiscal voltada ao controle da inflação e à distribuição da renda. Explorando o poder competitivo dos bancos públicos e a liquidez externa pós 2008, Dilma impôs uma redução das taxas de juros, deprimindo os dispêndios do Governo com a rolagem da dívida, sem ferir a autonomia do

Banco Central. Isso permitiu a depressão do IPI sobre automóveis e eletrodomésticos; que se refletiu na depressão relativa dos preços dos bens de consumo duráveis e na sustentação do nível de atividade da economia. Simultaneamente, Dilma resgatou a construção civil, via PAC e Minha Casa Minha Vida, impôs um rígido controle sobre os preços públicos (gasolina, gás, eletricidade) e ampliou os programas redistributivos.

Esses movimentos não foram suficientes para impedir a depressão da taxa de crescimento da economia, mas retiraram do horizonte a disjuntiva “estagnação *versus* inflação (fora da meta)”. E o salário médio real no trabalho principal cresceu 17,63% em 39 meses; invertendo o movimento do segundo Governo FHC, quando a desvalorização do real se fez acompanhar de um decréscimo de 8,24% no salário real. A tônica da Gestão Dilma é exatamente esse descolamento entre câmbio, inflação e salário real. Enquanto as variações cambiais explicavam 65% (R2 Ajustado) da inflação no segundo Governo FHC, 53,7% no primeiro Governo Lula e 16,4% no segundo Governo Lula, elas não passam nos testes de significância para a inflação na Gestão Dilma.

A despeito de correta, a estratégia de rompimento com a ancoragem cambial ainda não se realizou plenamente. Além disso, a elevação dos juros internacionais em 2014 somou-se à maior estiagem dos últimos 84 anos, impondo a depressão do nível de atividade e a elevação do preço dos alimentos. Estes, aliás, vêm subindo acima da inflação nos últimos 14 anos. Urge articularem-se as políticas de distribuição de renda, de controle de preços e de apoio à agricultura familiar e à produção de alimentos. Além disso, a elevação salarial vem impondo (via custo de oportunidade) a elevação dos preços dos serviços (não importáveis) nos setores de livre ingresso. E os serviços com preços regulados (filhos da privatização) continuam a pressionar a inflação com reajustes exorbitantes. Mais do que mudar, é preciso aprofundar a política em curso, priorizando a produção de alimentos e impondo um choque de competitividade aos serviços regulados.

Câmbio real, Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e variação do salário real nos Governos FHC, Lula e Dilma, no Brasil — 1995-2014

GOVERNOS	CÂMBIO REAL		IPCA ACUMULADO (%)						Δ% SALÁRIO REAL		
	Final (R\$)	Δ%	Global	Alimentos Importáveis	Alimentos Perecíveis	Outros Importáveis	Não Importáveis de Livre Ingresso	Não Importáveis Regulados	Produtos e Serviços sob Controle do Setor Público	Médio	Mediano
FHC (41 meses) ..	2,79	-32,5	33,1	54,2	63,4	28,2	15,2	31,2	60,1	-8,24	...
Lula (96 meses) ..	0,86	197,6	56,7	57,5	66,6	49,1	69,2	81,2	51,7	10,92	22,18
Dilma (39 meses)	1,01	-15,7	22,0	23,0	55,2	14,2	34,0	28,3	7,8	17,63	20,05

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE.

Carlos Águedo Paiva
Economista, Pesquisador da FEE

O endividamento público está fora de controle no Brasil?

Nos primeiros anos do novo século, o Brasil aproveitou-se das condições externas favoráveis e alcançou altas taxas de crescimento do Produto, com inclusão das classes menos favorecidas na sociedade de consumo e melhor distribuição de renda.

O clima para com o País era de otimismo, tanto interna quanto externamente. Após o *tsunami* monetário gerado pelas ações dos bancos centrais dos países desenvolvidos em resposta à crise financeira de 2007-08, o Brasil tornou-se o segundo maior receptor de investimento estrangeiro direto (IED) do mundo, atrás apenas da China, embora grande parte deste fluxo viesse buscar valorização em uma das mais elevadas taxas de juro real do mundo, e com livre mobilidade para o capital especulativo.

Porém a avaliação internacional do Brasil mudou rapidamente. Um exemplo que ilustra tal alteração veio da revista **The Economist**, que, em fevereiro de 2009, estampou em sua capa “Brasil Decola”, mas, já em setembro de 2013, uma matéria alusiva à anterior apresentava na capa “terá o Brasil estragado tudo?”. Logo, o País passou a ser alvo constante de críticas de instituições e da mídia estrangeira: em agosto de 2013, em artigo da Morgan Stanley, o País foi incluído, ao lado de Turquia, Indonésia, Índia e África do Sul, no grupo dos “cinco frágeis”, e, em fevereiro de 2014, o Federal Reserve (FED) apresentou análise semelhante em relatório. Segundo tais instituições, esses países seriam os emergentes com o maior risco de incidência de crises e ataques especulativos. Na mesma linha, em março deste ano, a Standard and Poor’s (S&P) rebaixou a nota de crédito do Brasil.

Talvez não por coincidência, a intensificação das críticas ao País ocorreu após o Governo implantar duas medidas impopulares para o setor financeiro: a incidência do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros (IOF) para aplicações financeiras de não residentes — posteriormente revogada — e a frustrada tentativa de redução da Selic. O medo nacional propagado por certos analistas de um não existente descontrolo inflacionário serviu como justificativa para o seu retorno aos patamares anteriores, entre as maiores taxas reais do mundo.

Entre as críticas à economia brasileira, é constante a eminente deterioração da situação fiscal e das nossas condições de solvência, que parte da hipótese de que o Governo estaria com gastos e aumento do endividamento descontrolados. Porém, quando analisamos dados comparados do Fundo Monetário Internacional (FMI) sobre as contas públicas de nações de diversos níveis de desenvolvimento, vemos que essa visão mais catastrofista pode ser posta em xeque.

Primeiramente, a evolução do indicador dívida líquida/PIB do Brasil é positiva, passando de 45% em 2007 para 33% em 2013, a maior redução percentual entre os países analisados. Entre os países com dados disponíveis para esse indicador, apenas a Turquia também apresentou redução. Porém alguns analistas diminuem a importância desse indicador, através de questionamentos em relação à liquidez de determinados ativos, como, por exemplo, os créditos do Tesouro aos bancos públicos, esquecendo a importância dada no passado para tal dado.

Já a relação endividamento bruto/PIB manteve-se praticamente constante: em 2007, era de 65%; agora, está em 66%. Nesse quesito, o Brasil sai-se melhor do que todos os Europeus e o G7, que elevaram tal relação. Os demais “frágeis”, com exceção da África do Sul, diminuíram tal relação.

Ao verificarmos o crescimento da dívida bruta em 2007-13, o Brasil avançou 85%, número apenas superior ao de Turquia (68%) e Indonésia (71%) dentre os frágeis. Porém o quadro não é desfavorável na comparação internacional. Somente os europeus — exceto o Reino Unido — apresentaram crescimento consideravelmente inferior ao dos países subdesenvolvidos nesse indicador. Porém a combinação da austeridade com as menores taxas de crescimento fez com que esses países apresentassem maiores elevações na relação endividamento/PIB. China (145%), Rússia (219%) e o bem falado Chile (375%) apresentaram elevações muito superiores em seu endividamento.

Quando analisada a evolução do Produto, a comparação internacional é largamente positiva para o Brasil. O País obteve a terceira maior taxa de crescimento do PIB, em dólares correntes, em 2007-13 (64%), somente menor que as da China (163%) e da Indonésia (101%). Os países subdesenvolvidos figuraram em todas as primeiras posições, apenas com o Canadá (28%) à frente da África do Sul (23%). EUA, Japão e Alemanha, países mais dinâmicos do mundo desenvolvido, apresentaram *performances* de 16%, 13% e 9% respectivamente.

Os principais indicadores de solvência da economia brasileira, comparados internacionalmente, não mostram um quadro de deterioração acelerada, ou que possa justificar a inclusão do país entre os “cinco frágeis”. Mesmo com o Produto crescendo pouco nos últimos anos, apresentamos resultado satisfatório na comparação internacional. Parte dos analistas ignora os resultados dos nossos indicadores da relação dívida/PIB, focando no aumento bruto do endividamento, o qual também não apresenta números preocupantes ou descontextualizados em relação ao verificado internacionalmente. Ao contrário, na maioria das vezes, os indicadores brasileiros são iguais ou melhores do que os apresentados por outros países. Obviamente, uma análise baseada somente nesses dados não permite uma avaliação completa da situação brasileira e mundial. Porém uma parcela da mídia e das instituições internacionais parece buscar selecionar apenas os nossos dados mais negativos, ignorando os positivos, traçando um quadro excessivamente pessimista de nossa realidade, não corroborada pelos dados aqui analisados.

Variação do PIB e de indicadores de endividamento em países selecionados — 2013

PAÍSES E GRUPOS DE PAÍSES	PIB (1)	ENDIVIDAMENTO BRUTO (1)	DÍVIDA LÍQUIDA/PIB (%)	DÍVIDA BRUTA/PIB (%)
Brasil	164,0	185,0	33,61	66,39
BRICS (2)	145,6	263,3	(3) 38,67	41,70
China	263,0	245,0	...	22,30
Cinco frágeis (4)	149,7	202,8	(5) 33,10	43,47
PIGS	88,0	248,5	111,80	129,80
G7 (6)	107,0	157,0	84,90	121,10
EUA	116,0	189,4	81,30	104,50

FONTE: FMI.

(1) Número-índice 2007 = 100. (2) Excluídos Brasil e China. (3) Apenas África do Sul. (4) Excluído o Brasil. (5) Apenas África do Sul e Turquia. (6) Excluídos os EUA.

Augusto Pinho de Bem
Economista, Pesquisador da FEE

Tolerância social à violência contra as mulheres no Brasil

Em maio e junho de 2013, o Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS) do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) entrevistou 3.810 pessoas, apresentando 27 questões sobre o tema “Tolerância social à violência contra as mulheres”. Os entrevistados deveriam optar por concordar total ou parcialmente, discordar total ou parcialmente ou nem concordar nem discordar das questões apresentadas. Para a seleção da amostra, foi utilizado o método usual de amostragem probabilística com margem de erro de 5% e nível de confiança de 95% para o Brasil e para as cinco grandes regiões (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul). Esse estudo permitiu uma avaliação das diferenças de opinião sobre o tema entre os gêneros, os diferentes níveis de renda domiciliar, a escolaridade, as raças, as religiões, as idades e as regiões do País. Em novembro de 2012, o SIPS-IPEA já havia apresentado algumas questões semelhantes no estudo **Valores e Estrutura Social no Brasil**, tais como “em alguns casos de estupro, a mulher também tem culpa porque veste roupa provocante” (31% dos respondentes concordaram, e 57% discordaram) e “em algumas situações, a mulher deve tolerar a violência de seu companheiro, em nome da união da família” (5% de concordância e 89% de discordância), com resultados similares aos mais recentes, indicando que não ocorreram mudanças significativas na percepção da sociedade brasileira sobre o tema desde então.

Embora o brasileiro expresse intolerância à violência contra a mulher, atribui, ao mesmo tempo, parte da culpa dos estupros às suas vítimas e discorda que casos de violência doméstica devam ganhar publicidade. Não deixa de ser contraditório que, simultaneamente, 91,4% dos respondentes concordem que “homem que bate na esposa tem que ir pra cadeia”, 78,6% concordem que “o que acontece em casa não interessa aos outros”, e 89,0% afirmem que “a roupa suja deve ser lavada em casa”.

Os percentuais de mulheres que concordaram total ou parcialmente com algumas afirmações polêmicas foram superiores aos dos homens. Na questão “mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas”, o percentual de aceitação entre as mulheres foi de 27,3%, contra 23,4% entre os homens. O mesmo pode ser observado nas questões “se as mulheres soubessem como se comportar, haveria menos estupros” (59,4% de aceitação entre mulheres e 56,7% entre homens), “roupa suja deve ser lavada em casa” (89,4% entre mulheres e 88,2% entre homens) e “mulher que é agredida e continua com o parceiro gosta de apanhar” (66,0% entre mulheres e 63,2% entre homens).

O rendimento domiciliar *per capita* médio dos respondentes que concordaram que as “mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas” e que “se as mulheres soubessem se comportar, haveria menos estupros” é inferior ao dos que discordaram. Mas isso não significa que as classes mais pobres sejam mais coniventes com a violência, pois o rendimento domiciliar *per capita* médio dos respondentes que concordaram com questões como “homem que bate na esposa tem que ir pra cadeia”, “é violência falar mentiras sobre a mulher” e “quando há violência os casais devem se separar” também é inferior ao dos que discordaram. Além disso, o rendimento domiciliar *per capita* médio dos respondentes que concordaram que “o homem pode xingar e gritar com sua mulher”, “em briga de marido e mulher não se mete a colher” e “mulher que apanha em casa deve ficar quieta para não prejudicar os filhos” é superior ao daqueles que discordaram.

Analisando-se a escolaridade dos entrevistados, o único grupo em que a maioria discordou que “o homem deve ser o cabeça do lar” e que “se as mulheres soubessem se comportar, haveria menos estupros” foi o de nível superior concluído (55,1% e 58,0% respectivamente).

A maioria dos respondentes de todas as raças concordou com o item “se as mulheres soubessem se comportar, haveria menos estupros”, à exceção da raça amarela, que apresentou 51,7% de discordância.

Os respondentes de todas as religiões, em sua maioria, concordaram que os “casos de violência dentro de casa devem ser discutidos somente entre os membros da família” e que “mulher que permanece com o parceiro que a agride gosta de apanhar”, à exceção dos espíritas (50,8% e 55,7% discordaram, respectivamente). Os respondentes de religiões afrobrasileiras foram os únicos cuja maioria discordou da afirmação que o homem deve ser o cabeça do lar (64,3%).

Enquanto houve grande concentração de adultos (30 a 59 anos) e idosos (60 anos de idade ou mais) concordando totalmente que “se as mulheres soubessem se comportar, haveria menos estupros” (36,2% e 40,2% respectivamente), as respostas dos jovens (16 a 29 anos) concentraram-se no extremo oposto, discordando totalmente dessa afirmação (35,3%). Mas não se pode afirmar que os mais jovens mostrem mais respeito à igualdade entre gêneros, pois os jovens foram os que mais concordaram que os “homens podem xingar e gritar com suas mulheres” (10,5% dos jovens, 9,1% dos adultos e 5,8% dos idosos).

No caso dos moradores da Região Sul, embora discordem mais do que os brasileiros em geral que as “mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas” (78,9%), concordam mais que “se as mulheres soubessem se comportar haveria menos estupros” (59,1%). Além disso, uma maior proporção entende que “um homem que cresceu em uma família violenta agride sua mulher” (42,3%) e concorda que “o que acontece com os casais em casa não interessa aos outros” (84,9%).

Opinião sobre questões de tolerância social à violência contra as mulheres no Brasil — maio e junho de 2013

QUESTÕES	SIM (1) NÃO (2)	
	(%)	
Mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas	26,0	69,9
Dá para entender que um homem que cresceu em uma família violenta agride sua mulher	33,9	63,7
Casos de violência dentro de casa devem ser discutidos somente entre os membros da família	62,9	34,5
Se as mulheres soubessem como se comportar, haveria menos estupros	58,5	37,8
O que acontece com o casal em casa não interessa aos outros	78,6	19,0
Quando há violência, os casais devem se separar	85,0	12,6
Um homem pode xingar e gritar com sua própria mulher	8,8	89,2
A roupa suja deve ser lavada em casa	89,0	9,6
Mulher que é agredida e continua com o parceiro gosta de apanhar	65,0	32,4
A mulher que apanha em casa deve ficar quieta para não prejudicar os filhos	15,4	82,1

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Microdados do SIPS/IPEA 2013.

(1) Concorda total ou parcialmente. (2) Discorda total ou parcialmente.

Gisele da Silva Ferreira
Estatística, Pesquisadora da FEE

Tabela 1

Taxas de variação do IPCA e do IGP-M no Brasil — out./13-mar./14

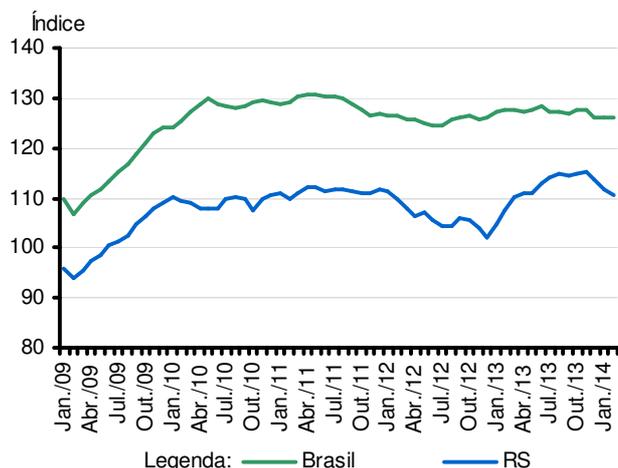
MESES	IPCA			IGP-M			Acumulada em 12 Meses
	No Mês	No Ano	Acumulada em 12 Meses	No Mês	No Ano	Acumulada em 12 Meses	
Out./13	0,57	4,38	5,84	0,86	4,59	5,27	
Nov./13	0,54	4,95	5,77	0,29	4,90	5,61	
Dez./13	0,92	5,91	5,91	0,60	5,53	5,53	
Jan./14	0,55	0,55	5,59	0,48	0,48	5,67	
Fev./14	0,69	1,24	5,68	0,38	0,86	5,77	
Mar./14	0,92	2,18	6,15	1,67	2,55	7,31	

FONTE: IBGE.

Fundação Getúlio Vargas.

Gráfico 1

Produção física industrial no Brasil e no Rio Grande do Sul — jan./09-fev./14



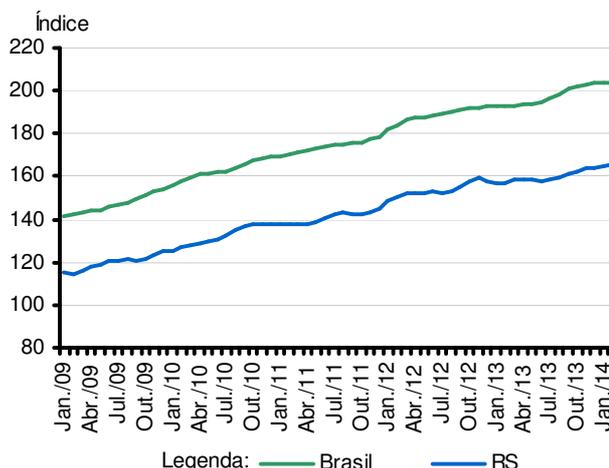
FONTE: IBGE. Pesquisa Industrial Mensal — Produção Física.

NOTA: 1. Média móvel trimestral do índice de base fixa mensal com ajuste sazonal.

2. Os índices têm como base a média de 2002 = 100.

Gráfico 2

Volume de vendas do comércio varejista no Brasil e no Rio Grande do Sul — jan./09-fev./14



FONTE: IBGE. Pesquisa Mensal de Comércio.

NOTA: 1. Média móvel trimestral do índice de base fixa mensal com ajuste sazonal.

2. Os índices têm como base a média de 2002 = 100.

Tabela 2

Indicadores selecionados da economia brasileira — out./13-mar./14

INDICADORES SELECIONADOS	NO MÊS						NO ANO (1)	EM 12 MESES (1)
	Out./13	Nov./13	Dez./13	Jan./14	Fev./14	Mar./14		
Taxa de câmbio (US\$) (2)	2,19	2,30	2,35	2,38	2,38	2,33	2,36	2,25
Taxa de câmbio efetiva real (3)	91,7	94,8	96,3	98,1	97,5	93,8	96,5	93,1
Taxa básica de juros (% a.a.) (4)	9,50	10,00	10,00	10,50	10,75	10,75	10,67	9,29
Superávit primário (% do PIB)	-1,4	-6,8	-2,4	-5,0	-0,5	-0,9	-2,1	-1,8
Balança comercial (US\$ milhões)	-227	1.739	2.652	-4.059	-2.125	112	-6.072	1.636
Exportações (US\$ milhões)	22.821	20.861	20.846	16.026	15.934	17.628	49.588	240.930
Importações (US\$ milhões)	-23.048	-19.123	-18.194	-20.085	-18.059	-17.516	-55.660	-239.294
Transações correntes (US\$ milhões)	-7.093	-5.104	-8.636	-11.539	-7.399	-6.248	-25.186	-81.556

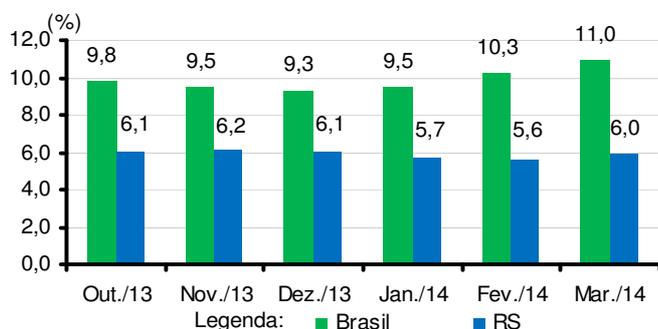
FONTE: Banco Central do Brasil.

(1) Valores médios da taxa de câmbio, do índice da taxa de câmbio efetiva real e da taxa básica de juros; resultado acumulado para os demais. (2) Taxa de câmbio livre do dólar norte-americano (compra e venda) média do período (R\$/US\$). (3) Índice da taxa de câmbio efetiva real (IPCA), jun./94 = 100. (4) Taxa vigente no último dia útil do mês.

Carta de Conjuntura - Ano 23 nº 5

Gráfico 3

Taxa de desemprego total no Brasil e no Rio Grande do Sul — out./13-mar./14



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

NOTA: 1. Brasil corresponde ao total das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo e o Distrito Federal.
2. Rio Grande do Sul corresponde apenas à Região Metropolitana de Porto Alegre.

Gráfico 4

Taxa de variação da arrecadação do ICMS no Rio Grande do Sul — jan./10-mar./14

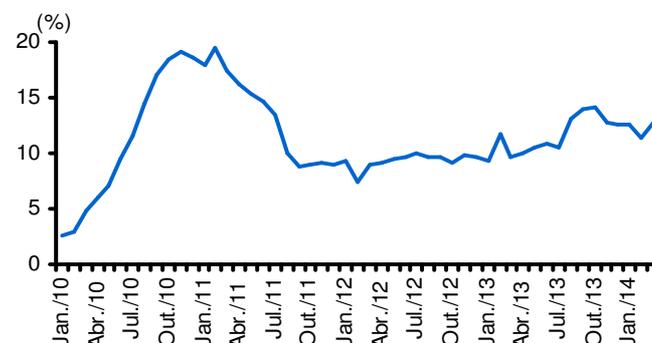


Tabela 3

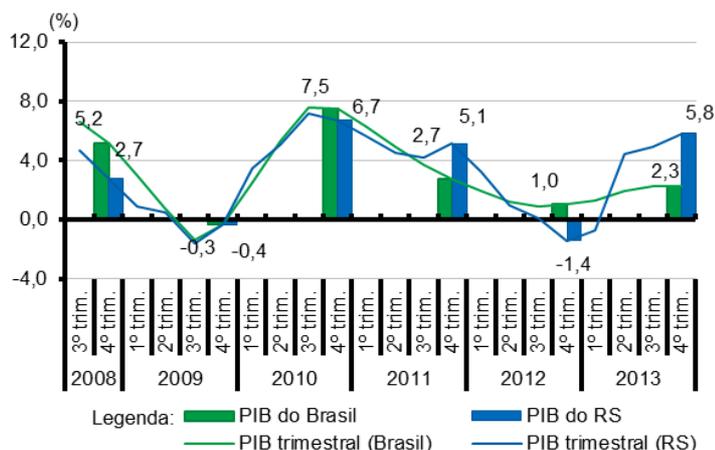
Exportações do Brasil e do Rio Grande do Sul — out.-mar./14

MESES	EXPORTAÇÕES ACUMULADAS NO ANO (US\$ FOB milhões)		PARTICIPAÇÃO RS/BR (%)	VARIÇÃO ACUMULADA NO ANO (%)					
				Valor		Volume		Preço	
				RS	Brasil	RS	Brasil	RS	Brasil
Out/13	21.320	200.471	10,6	41,2	-0,9	17,1	4,1	19,4	-4,7
Nov/13	23.933	221.333	10,8	46,9	-0,7	17,7	3,5	24,5	-4,0
Dez/13	25.094	242.179	10,4	44,3	-0,2	16,8	4,1	22,6	-4,1
Jan/14	1.077	16.026	6,7	4,0	0,4	-14,6	3,6	21,8	-3,2
Fev/14	2.096	31.960	6,6	-1,0	1,4	-14,9	7,1	16,3	-5,3
Mar/14	3.249	49.588	6,6	-8,0	-2,5	-20,6	2,9	16,0	-5,2

FONTE DOS DADOS BRUTOS: MDIC/Sistema Alice.

Gráfico 5

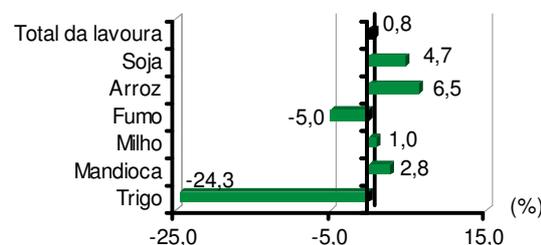
Taxa de variação do PIB, acumulada em quatro trimestres, no Brasil e no Rio Grande do Sul — 3º trim./08-4º trim./13



FONTE: IBGE. Contas Nacionais Trimestrais. FEE/CIE/NIS.

Gráfico 6

Estimativa de crescimento da lavoura e de suas principais culturas no Rio Grande do Sul — mar./14



FONTE: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola. FEE/CIE/NIS.

Oferta de trabalho e crescimento econômico

A conjuntura favorável do mercado de trabalho em um período de baixo crescimento do PIB é um dos aspectos de destaque no cenário macroeconômico brasileiro recente, sendo a queda da taxa de desemprego seu aspecto mais visível (de 13,8% para 10,3% entre 2009 e 2013, de acordo com os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED)). Subjacente a isso, um tema tem assumido crescente importância: a saída de pessoas do mercado de trabalho.

A esse respeito, os dados da PED mostram desaceleração no crescimento da População em Idade Ativa (PIA) — pessoas de 10 anos e mais — nas regiões metropolitanas analisadas pela PED, passando de 1,4% para 1,0% entre 2009 e 2013. Além da PIA, o salário real e a taxa de participação também estão relacionados à oferta de trabalho. Nesse sentido, o aumento acumulado no rendimento médio real, de 9,2% entre 2009 e 2013, pode ter contribuído para a leve redução na taxa de participação, que é dada pela razão entre a População Economicamente Ativa (PEA) e a PIA, passando de 60,5% para 59,9% no mesmo período. Como esse indicador representa a proporção de pessoas incorporadas ao mercado de trabalho, torna-se clara a redução da oferta de trabalho.

Um ponto que tem sido visto como capaz de reverter o quadro de baixo crescimento econômico concomitante ao baixo desemprego é o aumento da capacidade produtiva dos trabalhadores, vinculada ao nível de escolaridade da população. Isto é, o retorno econômico da educação dos trabalhadores mais qualificados tende a ser maior e a contribuir para o crescimento econômico sustentado do produto da economia.

Massificação do consumo de veículos e transporte rodoviário de passageiros

A indústria automobilística é referência dentro do modelo de crescimento recente da economia brasileira. A sua importância estratégica em termos de emprego e geração de renda e impostos faz com que o setor seja alvo constante de políticas de governo, a exemplo das desonerações fiscais no pós-crise de 2007-08. Outro aspecto a destacar são os elevados impactos dentro de sua cadeia produtiva, que envolve importantes segmentos como aço, borracha e plástico, autopeças, motores, vidros, etc.

Em um contexto mais amplo, o crescimento do setor nos anos recentes deveu-se à massificação do acesso ao crédito, à queda das taxas de juros e ao aumento nos prazos médios de concessão. O impacto do segmento sobre o Produto Interno Bruto (PIB) transcende a sua própria produção, dado que há geração de renda na sua comercialização — tanto atacadista quanto varejista — e em outros serviços relacionados, que vão desde seguros e manutenção e reparação até comércio de combustíveis.

Porém, no Brasil, é reconhecido que o *gap* educacional é elevado e traz empecilhos ao crescimento sustentado da economia. Além disso, a rotatividade é alta e tende a diminuir a obtenção de experiência geral e específica de trabalho.

Contudo esses são temas complexos que envolvem a necessidade de reformas estruturais no País, as quais necessitam de um prazo mais longo para serem concretizadas. Apesar da manutenção dos resultados satisfatórios no mercado de trabalho, sinais de arrefecimento vêm sendo notados, tornando-se um ponto de incerteza no curto prazo.

Variação anual da População em Idade Ativa, da População Economicamente Ativa, dos ocupados e dos desempregados em regiões metropolitanas selecionadas — 2009-13

PERÍODOS	POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA			
	Total	População Economicamente Ativa		
		Total	Ocupados	Desempregados
2010/2009	1,4	1,4	3,9	-14,1
2011/2010	1,2	0,0	1,6	-12,1
2012/2011	1,1	2,0	1,9	2,9
2013/2012	1,0	0,4	0,4	-0,1

FONTE: Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) - Convênio DIEESE, Seade, MTE/FAT e convênios regionais.

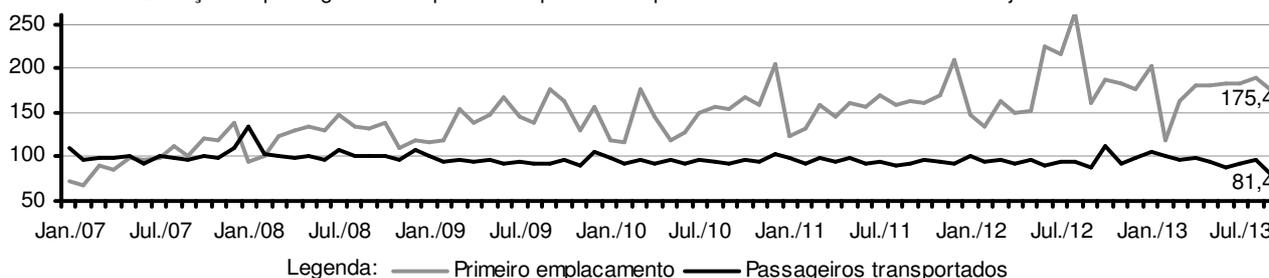
NOTA: Correspondem ao total das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo.

Bruna Kasprzak Borges
Mestre em Economia, Pesquisadora da FEE

Dados recentes de primeiro emplacamento de veículos (Detran-RS) e de passageiros totais transportados pelas empresas autorizadas (DAER), exemplificados no gráfico, sugerem que há, no RS, um movimento de substituição do transporte público pelo deslocamento através de veículo próprio. O aumento recente do número de emplacamentos veio acompanhado de uma lenta e gradual redução do número de passageiros transportados por via terrestre, fenômeno que, analisado mais a fundo, é percebido em viagens tanto longas como curtas.

Observa-se, portanto, uma substituição dos meios de transporte rodoviários utilizados pela população gaúcha, que foi proporcionada pelo contexto econômico recente, no qual o consumo de automóveis expandiu-se de forma vigorosa. Esse efeito, no entanto, encontra claros sinais de esgotamento, uma vez que vem acentuando dificuldades de trafegabilidade e de deslocamento.

Evolução de passageiros transportados e primeiro emplacamento de automóveis no RS — jan./07-set./13



FONTE: DAER e Detran-RS.

NOTA: Os índices têm como base 2007 = 100.

Jéfferson Colombo
Economista, Pesquisador da FEE

A renda no Rio Grande do Sul segundo o novo Idese

O Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Idese), cujos resultados referentes ao período 2007-10 foram divulgados no último mês, passou por sua primeira revisão metodológica desde a sua criação, em 2003. Em sua versão atual, o Índice compõe-se de três blocos: Educação, Renda e Saúde. Alterações foram implementadas em todos os blocos, abrangendo desde mudanças nos indicadores que os integram até a revisão dos limites utilizados na transformação dos indicadores em índice.

O Bloco Renda, o menos alterado de todos, continua composto por dois conceitos: geração de renda e apropriação de renda. A principal alteração ocorreu na metodologia de estimação da renda apropriada, agora mensurada pela renda *per capita*, oriunda de todas as fontes, das pessoas residentes em domicílios particulares permanentes, obtida nos Censos Demográficos do IBGE, a qual nomeamos apenas Renda Apropriada pc. A geração de renda, assim como na metodologia anterior, continuou sendo avaliada pelo PIB *per capita* (PIB pc).

Para fins de análise, calculou-se o Bloco Renda do Brasil para os anos 2000 e 2010, assim como o índice do Bloco Renda para o Estado em 2000, utilizando a nova metodologia do Idese. O PIB pc anual do Brasil, em 2000, era de R\$ 15.439 (a preços de 2010), avançando para R\$ 19.509 em 2010, o que equivale a um crescimento real de 26,4% no período, ou um crescimento médio de 2,4% a.a. O PIB pc do Estado, no mesmo período, registrou crescimento real de 23,7% (2,1% a.a.), evoluindo de R\$ 19.088 em 2000 (a preços de 2010) para R\$ 23.610 em 2010.

Comportamentos análogos foram observados na Renda Apropriada pc. Em julho de 2000, no Brasil, a Renda Apropriada pc mensal era de R\$ 586 (a preços de 2010, segundo o INPC Brasil), aumentando para R\$ 773 em julho de 2010, ou seja, uma evolução real de 31,8% (2,8% a.a.), enquanto o crescimento real da Renda Apropriada pc no Rio Grande do Sul foi de 33,6% (2,9% a.a.), passando de R\$ 705 em 2000 (a preços de 2010) para R\$ 943 em 2010.

Essas estatísticas, transformadas em índices e agregadas para compor o Bloco Renda, refletiram, para o Brasil, uma evolução de 0,562 em 2000 para 0,654 em 2010 (aumento de 16,3%). No Rio Grande do Sul, houve uma elevação de 0,632 em 2000 para 0,724 em 2010 (14,4%). Essas informações revelam comportamentos muito semelhantes, na primeira década do século XXI, entre Brasil e Rio Grande do Sul. É importante salientar, contudo, a diferença de nível. Apenas em 2010, o Brasil atingiu patamares de renda que o Rio Grande do Sul já apresentava em 2000. Ou seja, o desempenho do Estado no período 2000-10, se comparado ao do País, foi positivo no que diz respeito à evolução da renda. Mesmo partindo de uma posição muito superior à brasileira, o Estado obteve taxas de crescimento próximas às verificadas no País.

Essa comparação entre Estado e País é importante, à guisa de entendimento e compreensão dos valores do índice do Bloco Renda do Rio Grande do Sul. Contudo uma avaliação completa deve averiguar tanto a distribuição e as desigualdades de renda no Estado quanto as dinâmicas regionais. A análise desses dois temas focará o período 2007-10, para o qual se dispõem de informações regionais no Estado.

A distribuição regional da renda no Estado, segundo microrregiões, revela um quadro em que se destaca positivamente o nordeste do Estado. Exceções nessa vizinhança são as microrregiões de Frederico Westphalen e Soledade. No outro extremo, a região sudoeste obteve índices inferiores

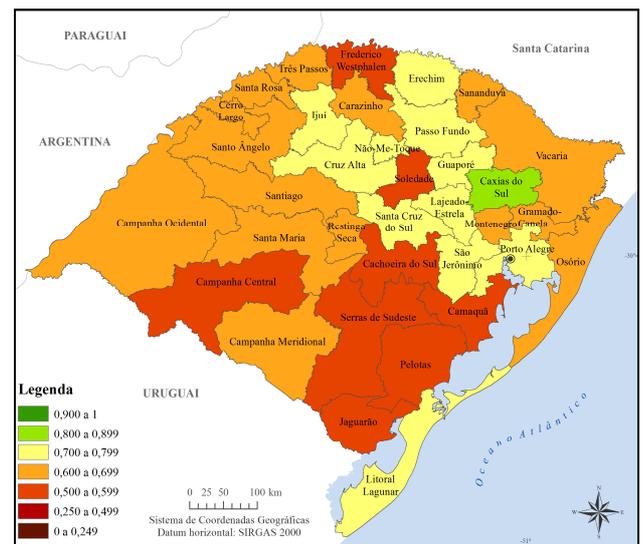
à média do Estado (0,724), com ênfase na Metade Sul, apresentando índices inferiores, até mesmo, à média brasileira (0,654), conforme se pode ver no mapa abaixo.

Pela ótica da dinâmica, contudo, a avaliação muda. As microrregiões do Estado que mais avançaram no período 2007-10 estão, em sua maioria, localizadas justamente na Metade Sul. Destacam-se Campanha Central, Campanha Meridional e Litoral Lagunar, com taxas de crescimento ao redor de 12%, ou 3,8% a.a. em média; e Frederico Westphalen, Jaguarão e Cachoeira do Sul, com taxas de crescimento em torno de 10%, ou 3,2% a.a. em média. Dessas seis, na Campanha Meridional e em Frederico Westphalen, os crescimentos deram-se, principalmente, pela grande elevação da apropriação de renda. Nas outras quatro microrregiões citadas, o crescimento ocorreu de forma homogênea entre a geração e apropriação de renda.

No outro extremo, as regiões com evolução mais modesta no período encontram-se dispersas no Estado: São Jerônimo, com crescimento médio de 1,1%; e Santiago e Guaporé, com taxas médias de crescimento de 3% aproximadamente. Embora apresentando variações positivas, nessas regiões (e somente nessas regiões), verifica-se uma situação preocupante: houve retrocesso (real) na apropriação de renda no período 2007-10. Em Guaporé e Santiago, a Renda Apropriada pc caiu 1,3%, ao passo que, em São Jerônimo, a queda foi de 2,3%.

A renda no Estado ainda apresenta um nível privilegiado, quando comparada à do resto do País. Contudo, e mesmo com a recuperação apresentada por algumas regiões mais deprimidas, as desigualdades regionais ainda se mostram evidentes.

Idese do Bloco Renda, por microrregiões, no Rio Grande do Sul — 2010



FONTE: FEE.

Rafael Bernardini*
Estatístico, Pesquisador da FEE

* O autor agradece à Mariana Pessoa pela confecção do mapa.

A indústria automobilística no Brasil e a crise argentina

A indústria automobilística brasileira vem atravessando uma fase de queda em suas exportações para a Argentina. Os valores exportados recuaram 13,3% no primeiro trimestre de 2014 frente aos de igual período do ano anterior e 45,2% em comparação com os do último trimestre de 2013. Esse desempenho tem raiz, em boa medida, na crise econômica que a Argentina vem enfrentando. Isto porque esse país é o principal destino das exportações do setor automotivo brasileiro. Em 2013, a Argentina comprou US\$ 8,7 bilhões entre veículos e autopeças do Brasil, representando 65,4% das vendas internacionais da indústria automobilística brasileira (MDIC). No Brasil, em 2013, as exportações em relação à produção do setor responderam por 16,4% das unidades de veículos e de 9,3% das vendas de autopeças (Anfavea e Sindipeças). Por sua vez, o Brasil foi o destino de 88,2% das exportações de veículos argentinos em 2013, as quais representaram 48,2% da produção total desse setor na nação vizinha (Adefa). Para compreender a dinâmica de interdependência produtiva e comercial entre Brasil e Argentina nessa indústria, faz-se necessário analisar o seu padrão tecnológico internacional.

A atual configuração da indústria automotiva mundial tem origem na crise dos anos 70 do século XX, devido à saturação dos principais mercados mundiais por veículos padronizados. A recomposição de suas vendas foi obtida através da mudança de paradigma tecnológico nos anos 80. Desde então, o setor vem evoluindo ao longo de uma trajetória em direção a uma crescente busca por flexibilidade na fabricação de veículos. Esta se manifesta na chamada produção enxuta, buscando adequar-se às variações nas quantidades demandadas. Ademais, há a intensificação no uso de maquinário de base microeletrônica, com o intuito de elevar o escopo dos modelos de veículos montados em cada fábrica. Essa é uma forma de ampliar o mercado, atendendo uma gama maior de perfis de consumidores.

Adicionalmente, para rejuvenescer com maior frequência os mercados em saturação, encurta-se o ciclo de vida tecnológico dos veículos, através da aceleração do ritmo de introdução de inovações. Esse processo é viabilizado pelo estabelecimento de acordos de desenvolvimento tecnológico entre as montadoras e os fornecedores dos principais sistemas (freios, suspensão, etc.), redução do número de plataformas, mas com ampliação da quantidade de modelos e suas variações que são montados em cada uma delas, e fabricação modular dos veículos. Assim, os principais fornecedores seguem as decisões de investimento das montadoras, fabricando os sistemas desenvolvidos em conjunto onde houver a produção das plataformas e dos modelos de veículos que as utilizem. Isto é feito através do estabelecimento de condomínios industriais nos principais mercados regionais, produzindo

do essencialmente os mesmos veículos em âmbito mundial, mas com flexibilidade para adaptações à demanda local e a eventuais avanços tecnológicos pelas subsidiárias. Assim, as montadoras obtêm economias de escala nas plataformas e de escopo nos modelos de veículos que as utilizem.

Na América do Sul, o Brasil desponta como base para atender a região, respondendo por 80,3% dos veículos produzidos em 2013, sendo que a Argentina contribui com outros 17% (OICA). Devido à maior renda *per capita* da Argentina, ela responde por grande parte da produção de automóveis de luxo. Em razão de seu maior mercado, mas de menor renda *per capita*, o Brasil produz automóveis compactos e médios, parte dos de luxo, além da maior parcela de caminhões, ônibus e autopeças. Logo, há divisão do trabalho e complementaridade entre as subsidiárias desses dois países, gerando interdependência. Desse modo, a balança comercial do setor é favorável à Argentina em veículos, devido ao seu maior valor unitário, mas pende a favor do Brasil quando somadas as autopeças. O ponto é que, pela sua menor escala de produção, é antieconômica a fabricação de certos componentes na Argentina, o que a torna dependente de importações de autopeças do Brasil.

Logo, os efeitos da crise argentina repercutem fortemente na indústria automobilística brasileira. A desvalorização do peso, juntamente com as medidas de restrição às importações e de elevação da taxa de juros, para conter a saída de divisas e para combater a inflação, vêm reduzindo a demanda da Argentina junto ao setor automotivo brasileiro. A restrição às importações, inclusive, vem impedindo a discussão quanto à renovação do regime automotivo do Mercosul, que vence na metade de 2014. Em função da forma como a produção mundial do setor automotivo está organizada, as subsidiárias brasileiras dispõem de pouco espaço para reorientar as suas vendas para outros continentes, além do fato de que o tamanho do mercado dos países vizinhos também restringe esse tipo de ação. Nesse sentido, a crise argentina contribuiu para inibir o crescimento do setor automobilístico brasileiro em 2014 e, em razão de seu peso na estrutura produtiva e grande encadeamento com outros setores, também o da indústria nacional. Como possível paliativo para tentar recuperar o comércio do setor automotivo com a Argentina, o Brasil está propondo a oferta de crédito à importação. Tal medida não se opõe, a curto e médio prazo, aos esforços do país vizinho em conter a crise cambial, pois contribui para mitigar a saída de divisas com o pagamento a fornecedores brasileiros.

Rodrigo Morem da Costa
Economista, Pesquisador da FEE

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 30.04.14).

ISSN 1517-7262

A **Carta de Conjuntura FEE** é uma publicação mensal de responsabilidade dos editorialistas. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã.

 **Fundação de
Economia e
Estatística**

Presidente: Adalmir Antonio Marquetti
Diretor Técnico: André Luis Forti Scherer
Diretor Administrativo: Roberto Pereira da Rocha

Conselho Editorial: André Luis Forti Scherer, Cecília Rutkoski Hoff, Fernando Maccari Lara, Renato Antônio Dal Maso, Miriam De Toni e Martinho Roberto Lazzari.

Núcleo de Dados: Renan Xavier Cortes.

Editoração: Susana Kerschner (revisão) e Jadir Vieira Espinosa (diagramação).

**Fundação de Economia e Estatística
Siegfried Emanuel Heuser**

Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre
CEP 90010-283

E-mail: carta@fee.tche.br

Twitter: @cartafee

www.fee.rs.gov.br